



## NOVAS FRONTEIRAS DO CAPITAL: AMEAÇAS AOS TERRITÓRIOS DO SEMIÁRIDO

Jailton dos Santos Andrade<sup>1</sup>

Rosana Akemi Pafunda<sup>2</sup>

### RESUMO

A América Latina, que no passado foi colônia de exploração das metrópoles europeias, ainda se encontra submissa aos interesses externos. Ou seja, a relação centro – periferia basicamente mantém todo o subcontinente, com algumas exceções, na condição de mero fornecedor de *commodities* para os centros de acumulação capitalista. Por toda a América Latina, a territorialização do grande capital, mediada/facilitada pelos Estados subservientes, cria ou amplia as tensões sociais já existentes nessa região ao promoverem a desterritorialização de inúmeras comunidades. No semiárido nordestino, entre o final do século XX e início do século XXI, diversos empreendimentos privados têm gerado problemas sociais aos territórios e suas populações autóctones. As principais ameaças aos territórios do semiárido do Nordeste do Brasil são: o latifúndio e a grilagem de terras, a mineração e os parques eólicos. Dessa forma, o semiárido se transformou na nova fronteira do capital.

**PALAVRAS-CHAVES:** Capital, Territórios, Semiárido Nordeste.

### ABSTRACT

Latin America, which in the past was an exploration colony of European metropolises, is still subject to foreign interests. In other words, the center-periphery relationship basically maintains the entire subcontinent, with some exceptions, as a mere supplier of commodities for the centers of capitalist accumulation. Across Latin America, the territorialization of big business, mediated/facilitated by subservient states, creates or expands social tensions that already exist in that region by promoting the deterritorialization of countless communities. In the semi-arid region of the Northeast, between the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, several private projects have generated social problems for the territories and their autochthonous populations. The main threats to the semi-arid territories of Northeast Brazil are: large estates and land grabbing, mining and wind farms. In this way, the semi-arid region became the new frontier of capital.

**KEYWORDS:** Capital, Territories, Semi-arid Northeast.

### INTRODUÇÃO

A mundialização do sistema capitalista, principalmente a partir do final do século XX com a derrocada da União Soviética (URSS) e o fim da Guerra Fria, possibilitou que o

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pelo IPPRI – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais pela UNESP – SP, jailtongeo@gmail.com;

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pelo IPPRI – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais pela UNESP – SP, akemi.jp@gmail.com;



capitalismo se tornasse um sistema global cuja espacialização foi acompanhada de inúmeras tensões sociais e problemas ambientais por todo o globo. Essas questões socioambientais são especialmente críticas na periferia do capitalismo onde os Estados nacionais, carentes de investimentos externos, sucumbem às imposições e diretrizes de agentes econômicos internacionais, acentuando sua submissão na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

O conteúdo aqui apresentado busca compreender as implicações socioambientais dos investimentos do grande capital oriundos dos centros do capitalismo sobre as regiões periféricas do globo e como a territorialização desses empreendimentos fragiliza ou desorganiza os territórios camponeses por toda a América Latina, marcada pela secular desigualdade social que caracteriza essa região do globo.

O presente trabalho busca apresentar ao leitor como os grandes empreendimentos privados estão se territorializando no Semiárido Nordeste ao passo que desterritorializa ou desorganiza as comunidades impactadas, gerando tensões e resistências.

Este trabalho é fruto de extensa pesquisa bibliográfica e de campo em áreas diretamente impactadas ou ameaçadas pelos empreendimentos acima elencados. A literatura acima mencionada é parte de um trabalho maior que trata das condições de vida no Semiárido Nordeste e o enfrentamento, a partir da organização social, desses empreendimentos. É produto, também, do conhecimento obtido a partir da orientação de diversos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) com as temáticas aqui apresentadas na Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE).

## **A VORACIDADE DO CAPITAL**

O capitalismo atravessou todas as suas fases adotando diferentes meios para atingir o mesmo fim: a acumulação de capital. Na sua fase atual, financeiro monopolista, o capitalismo se transformou num sistema global de cumulação de riquezas sem precedentes e com as maiores contradições que a acumulação pode causar. Na esteira de seu desenvolvimento histórico, o capitalismo deixou um saldo extremamente negativo de destruição, fome, saque, cobiça e desprezo pela vida em todas as suas formas, sobretudo nas regiões periféricas do globo.

A história da humanidade, principalmente a partir do advento do capitalismo, é, também, uma história de espoliação e subtração de riquezas que ceifou vidas e condenou



muitas centenas de milhões de pessoas a uma existência de miséria e de escassez, produto do subdesenvolvimento de centenas de nações saqueadas pelos cinco continentes.

A América Latina, como em outras regiões do globo, a pilhagem de recursos naturais não parou com o fim do colonialismo. Na verdade, as antigas colônias de exploração, que agora são nações “independentes”, experimentam um neocolonialismo das riquezas que ainda sobraram de séculos de saques e escravidão. São as empresas das nações desenvolvidas que atuam na extração e transferência de riquezas para os centros de acumulação do capitalismo. Em síntese: as nações periféricas, que antes eram colônias de exploração, continuam a servir às nações que outrora as exploraram e às suas custas enriqueceram. Com a globalização do capitalismo, suas filiais estão presentes em todos os lugares de onde podem auferir lucro, principalmente em países subdesenvolvidos onde encontram condições propícias de maior lucratividade exatamente por causa da fraca ou inexistente legislação trabalhista, ambiental e principalmente a carência de investimentos externos dos Estados nacionais que abdicam de sua soberania ao se submeterem aos ditames do “pensamento único” do Consenso de Washington. Aceitam, dessa forma, as diretrizes neoliberais que em nada as ajudam a superar as condições de subdesenvolvimento e sua condição de mera fornecedora de riquezas às nações centrais.

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções. Ela já não é o reino das maravilhas em que a realidade superava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus da conquista, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los. (GALEANO, 2010, p. 10)

A abundância de recursos naturais na América Latina a transformou numa área estratégica de interesses e disputas geopolíticas que se reflete nas relações centro - periferia. Quando bem gerido/administrados, a grande variedade e disponibilidade desses recursos torna-se um excelente propulsor de desenvolvimento para as nações que os possui. Contudo, historicamente, as elites que governam as nações desse subcontinente carecem de projeto próprio de desenvolvimento nacional, diferente do que ocorreu nas nações desenvolvidas. A falta de projeto nacional, combinada com a subserviência das elites locais aos interesses exógenos transformaram o cone-Sul numa zona de convergência de interesses dos grandes capitais financeiros, que na impossibilidade de sobreviver apenas da esfera financeira,



extremamente volátil, convertem seus ativos financeiros em propriedades privadas nas nações periféricas. Assim, conseguem materializar e perpetuar sua riqueza a partir da conversão da natureza em propriedade privada e seus recursos essenciais à vida em mercadorias.

A recente ofensiva imperialista sobre a América Latina insere-se, por sua vez, no contexto das crises que eclodiram no final da década de 1970 fechando o ciclo do longo período de crescimento econômico pós-II Guerra Mundial. O cenário de crise econômica reduziu as taxas de lucro das burguesias e impôs às economias centrais recessões ou períodos de baixo crescimento, entremeados por curtas fases de recuperação. O temor frente à ocorrência de novas crises econômicas e a necessidade de recomposição das taxas de lucro promoveram, nas décadas seguintes, intromissões significativas das burguesias centrais nas questões de natureza política e econômica dos Estados periféricos. (CARVALHO, p. 2, 2012)

Na América Latina, a apropriação privada de seus recursos naturais produziu diferentes tensões com diferentes desfechos. É recorrente a apropriação privada de terras públicas ou coletivas bem como de florestas e recursos hídricos por todo o subcontinente.

A ação do grande capital é mediada/facilitada pelas elites locais que se contentam em permanecer como sócias minoritárias do saque que elas ajudam a promover. São elites “antinacionais” que dão livre trânsito ao capital privado nacional e internacional na apropriação indevida de terras, recursos hídricos, minérios, petróleo, biodiversidade e demais recursos estratégicos.

Essas elites se apropriaram do aparato estatal e dele se servem para seus projetos de dominação e manutenção no poder. Os Estados submissos, assim, dão livre trânsito ao capital privado nacional e internacional que facilmente se assenhoram de parte essencial dos recursos naturais e empresas estatais desses estados periféricos “combalidos” por séculos de exploração colonial e há pouco alçado à condição de “nações independentes”, mas que nunca deixaram de ser um apêndice dos interesses dos países ricos. O neoliberalismo não busca destruir o Estado, mas submetê-lo ao conjunto de interesses privados que visem facilitar o controle dos territórios e dele se servir.

O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais para garantir o direito de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (HARVEY, p. 3 2008)

A territorialização dos agentes econômicos (capital) por meio das transnacionais, segundo Fernandes (2012), se faz à custa da desterritorialização de muitas populações camponesas e provoca conflitos sociais muito importantes. As empresas se assenhoreiam de seus territórios e, por conseguinte, da base material fundamental de sua existência.



Nos últimos anos, as transnacionais têm comprado enormes extensões de terras em diversos países da América Latina, África e Ásia para expandir seu modelo de desenvolvimento baseado na produção de commodities. Movimentos camponeses e indígenas têm resistido a essa política pelo menos por duas razões: 1) porque a expansão dos territórios das transnacionais ocorre sobre seus territórios, provocando sua desterritorialização, empurrando-os para novas áreas, provocando o desmatamento e produzindo novos territórios que no futuro poderão ser controlados por elas. Esse processo tem gerado uma ampla disputa territorial, êxodo rural, mudanças nas relações campo-cidade-florestas, ou seja, provocando fortes impactos socioterritoriais. 2) A resistência dos movimentos socioterritoriais aos processos de desterritorialização tem gerado a multiterritorialidade, promovendo também a desterritorialização das transnacionais. (FERNANDES, 2012. p. 205)

Os investimentos privados são extremamente lucrativos principalmente porque aqui seus investimentos permitem maior reprodução ampliada de capitais, graças à fragilidade econômica de suas nações. A voracidade e a ganância dos poderosos agentes econômicos somados à complacência das elites “entreguistas” ampliam a ação inescrupulosa do capital por toda a América Latina.

Porto-Gonçalves, (2008) afirma que a partir do ano 2000 diversos grupos transnacionais como Coca-Cola, Pepsi, Danone e outras passaram a controlar territórios ricos em recursos naturais como a água, transformando-os em mercadorias.

O fato de um número cada vez maior de gente estar se aglomerando em alguns pontos do espaço geográfico com a urbanização vem ensejando que grupos empresariais, sobretudo transnacionais, comecem a se interessar pelos serviços de gestão da água. Ainda que parcelas significativas das populações recém-suburbanizadas estejam impedidas, pelo empobrecimento a que se veem submetidas, de se constituírem em mercado consumidor que pague pela água, o fato da população estar aglomerada cria a possibilidade de que um mesmo investimento em redes de distribuição ou de saneamento possa atingir um número maior de pessoas. Essa relação custo-benefício, leva a que a gestão dos serviços de água e esgoto se torne interessante para aqueles que vêm nisso oportunidade para ganhar dinheiro. PORTO-GONÇALVES, p.199 in FERNANDES, 2008.

Na Bolívia, por exemplo, companhias europeias chegaram a privatizar a água do país até que um levante popular obrigou o governo daquele país a reestatizar esse bem essencial à vida. Como se percebe, o capital não se preocupa com necessidades sociais, mas com a conversão dos elementos naturais em mercadoria e lucro. Na América Latina, como em outras regiões periféricas do globo, a água da superfície, a água do subsolo, florestas, terras agricultáveis etc., são privatizados e seus habitantes privados dos elementos essenciais à continuidade de seu modo de vida.

As insurreições populares que eclodiram em alguns países da América Latina no início do século XXI reconfiguraram os mecanismos de mediação das relações de poder no continente, tanto no que se refere às relações interestatais quanto às relações internas entre classes e segmentos sociais. Em alguns casos, desnudaram a necessidade de reformas no próprio aparelho de Estado, como forma de contemplar os setores que, desde o período colonial, foram privados de voz e de direitos nos Estados que se constituíram com as independências políticas no século XIX, mas



que, em suas constituições, mantiveram a colonialidade do poder. (CARVALHO, p. 2, 2012)

Nesse sentido, Carvalho (2012) acrescenta que a entrada em cena de “novos” protagonistas sociais assume posição de destaque na realidade latino-americana atual. As tensões resultantes do processo de recolonização (neocolonialismo) da América Latina crescem na medida em que o protagonismo desses atores sociais consegue deter, mesmo que parcialmente, o ímpeto imperialista na região. Ou seja, os movimentos sociais partem da premissa de que sua sobrevivência enquanto grupo social depende da defesa dos territórios e seus recursos naturais. Entendem, também, que os Estados estão a serviço do grande capital e frequentemente ignoram os anseios coletivos em favor de interesses privados que, não raro, constroem a soberania estatal ao entregarem empresas, florestas, recursos hídricos e demais recursos naturais nas mãos da iniciativa privada.

## **O CAPITAL NÃO CONHECE FRONTEIRAS: O CÉU NÃO É O LIMITE**

O capitalismo é essencialmente destrutivo, necessitando converter a natureza em mercadorias para se realizar. Nesse processo, os danos ambientais são, muitas vezes, irreversíveis, rompendo a relação harmoniosa do homem com a natureza exterior. A destruição ou comprometimento dos ecossistemas do planeta ameaça a vida no planeta em todas as suas manifestações.

A espécie humana sempre manteve uma relação umbilical com a natureza, extraindo dela matéria e energia para todas as suas necessidades. Acerca dessa relação intrínseca entre sociedade e natureza, Karl Marx chamou de metabolismo, definida por ele como sendo “um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza” (MARX, 2013, p. 255). O metabolismo é, portanto, a interdependência entre os seres humanos e a natureza através do trabalho. A compreensão sistêmica do modo de produção capitalista e suas consequências negativas para o processo metabólico entre homem e natureza já haviam sido apontadas por Marx na aurora do capitalismo industrial.

Essa incapacidade congênita do capitalismo em respeitar os limites da natureza criou a crise ambiental que ameaça todos os ecossistemas do planeta e, por conseguinte a vida humana.





Vivemos, hoje, a contradição de jamais ter sido tão vasto e profundo o processo de dominação e devastação da natureza quanto nesses últimos trinta a quarenta anos, período em que a questão ambiental se instituiu como tema central. [...] O desmatamento generalizado e a perda de solos e da diversidade biológica foram acompanhados, ainda, da perda de diversidade cultural, quando se jogaram nas cidades populações que, por serem pobres, viram-se obrigadas a ocupar os fundos de vales, os mangues urbanos, as encostas instáveis – e, assim, estão, paradoxalmente, mais vulneráveis às intempéries do quando estavam nas áreas rurais. (PORTO-GONÇALVES, p. 100, 2012)

O capitalismo desorganiza os territórios e suas formas de vida, converte os recursos naturais em *commodities* e lucro para poucos. O capitalismo é essencialmente destrutivo.

## **AMEAÇAS, TERRITORIALIZAÇÃO, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: TERRITÓRIOS EM DISPUTAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO**

O Semiárido Nordeste tem despertado a cobiça de inúmeros empreendimentos privados que em nada respondem por suas necessidades socioeconômicas. A região mais pobre do Brasil tem recebido inúmeros investimentos em diversos setores nas últimas décadas. O que parece ser uma boa notícia já que a região é carente de investimentos, na verdade é motivo de grande preocupação e tensão social, pois o Nordeste vem se transformando em uma nova fronteira de investimentos cuja razão está longe de emanar das necessidades sociais locais.

O Nordeste tem os piores indicadores sociais e econômicos do Brasil, consequência direta da brutal concentração fundiária que assola a região desde a colonização. A referida região tem os latifúndios mais antigos do Brasil e é precisamente nele que reside sua desigualdade socioeconômica. Segundo dados do IBGE (2012), o Nordeste é a região que apresenta o segundo pior Índice de Gini do Brasil (0,516). A concentração fundiária, a questão climática, associado a uma política clientelista, respondem pela quase totalidade dos problemas sociais e econômicos que afetam as comunidades sertanejas e seus territórios na atualidade.

São três as principais formas de avanços do capital no Nordeste principalmente na porção do Semiárido: a primeira e mais antiga é o latifúndio e a grilagem de terras, a segunda é a mineração e a terceira são os parques eólicos. São diferentes modalidades de avanços do capital que ameaçam milhares de territórios camponeses de desterritorialização e causam ou ampliam os conflitos já existente nessa parte do território brasileiro.

### **O latifúndio e a grilagem de terras**



O Nordeste tem alguns dos maiores latifúndios e possivelmente os mais antigos do Brasil. Sua estrutura fundiária pouco mudou desde a colonização, preservando assim a concentração fundiária que se traduz na perenização da miséria e desigualdade social. Isso explica os baixíssimos indicadores sociais da região, com especial destaque para sua porção mais seca e mais sofrida exatamente por conjugar estrutura fundiária concentrada e as secas periódicas que assolam a região, acentuando os problemas já existentes.

Dois dos maiores latifúndios do mundo estavam localizados no Nordeste e a estrutura fundiária concentrada hodierna reflete a pouca alteração daquela forma de apropriação da terra. A Casa da Torre da família Garcia d'Ávila e a Casa da Ponte da família Guedes de Brito ocupavam enormes extensões de terra e refletiam o poder político dessas famílias na região. A lenta fragmentação desses latifúndios fez surgir propriedades menores, mas não democratizaram o acesso à terra. Outros latifúndios surgiram na região, caracterizados pela forte violência e expropriação de camponeses que viviam e trabalhavam na terra. No semiárido “coronista” o poder das famílias latifundiárias era, como ainda é, medido pela posse de grandes extensões de terras e sua consequente capacidade de influenciar na política local. Sendo a posse da terra um status de poder os latifúndios atravessaram os séculos e chagaram à atualidade preservando a gritante desigualdade social que marca os povos dessa porção do território brasileiro.

As poucas conquistas na questão agrária resultaram de mobilizações sociais e enfrentamentos ao latifúndio, muitas vezes resultando em intimidações, perseguições e mortes de lideranças locais. A violência é um elemento intrínseco à concentração da terra em todo e qualquer lugar. Como em outras regiões do país, no Nordeste como um todo a luta pela terra está marcada pela violência, assassinatos e intimidações que sequer são investigados uma vez que seus autores são, muitas vezes, ligados às pessoas mais poderosas e interessadas na manutenção do status quo.

A produção camponesa do Nordeste, especialmente no semiárido, é regida pela sazonalidade e irregularidade das chuvas que normalmente se concentra em poucos meses do ano. Ainda assim, o semiárido produz grande variedade de alimentos em pequenas propriedades e conseguem suprir parte das suas necessidades alimentares. A agricultura é de poli cultivos e enfrenta a incerteza constante de sua produção por conta da irregularidade das chuvas.





Além da agricultura de poli cultivo, a pecuária, embora enfrente as mesmas limitações que a agricultura, também produz grande diversidade de carnes e auxiliam na alimentação de milhares de comunidades por todo o Nordeste.

O aspecto singular da questão agrária no Nordeste é a falta de acesso à infraestrutura e tecnologias pela maior parte do campesinato, na região brasileira que tem 50% dos camponeses. A maior parte dos 88% dos estabelecimentos com 60% das terras são agricultores familiares que vivem em extrema pobreza – com a ajuda de políticas compensatórias, como por exemplo o bolsa família. Ainda, parte desses camponeses migra para a região concentrada para trabalhar no corte da cana, e nas colheitas de laranja e café. Mesmo em condições precárias, esses agricultores produzem 70% do arroz, 79% do feijão, 82% da mandioca e 65% do milho, culturas que constituem parte importante da base alimentar da população. Mesmo empobrecidos, com pouca ou nenhuma tecnologia, sem recursos e com pouca terra, o campesinato nordestino é responsável por grande parte da segurança alimentar do país. Essa também é a realidade das outras regiões, o que nos leva a reconhecer a importância estratégica da agricultura camponesa para o desenvolvimento do Brasil. A ação do agronegócio na região é – também – a produção de commodities para exportação. A região Nordeste é marcadamente uma região agrícola agroexportadora, em que o “coronelismo” sempre se beneficiou dessa condição. (FERNANDES, 2012, p. 220).

A indústria da seca e o “coronelismo” são marcas ainda presentes por todo o sertão nordestino. Ela se manifesta na violência física, na violência econômica pela apropriação indevida de grandes extensões de terras, recursos e verbas públicas para fins particulares e na perpetuação da “indústria da seca” como “trampolim” econômico de suas elites. Ou seja, a manutenção da pobreza se mostra, ainda, um negócio lucrativo a partir da manutenção de privilégios, assentado principalmente na posse de grandes extensões de terras. Assim, qualquer política de desenvolvimento para a região precisa necessariamente resolver a questão fundiária. Terra é poder e concentração fundiária é concentração de riqueza. Qualquer política que ignore a brutal concentração fundiária conseguirá apenas mascarar os problemas estruturais dessa região.

As diversas comunidades sertanejas, tradicionais ou não, são constantemente ameaçadas pelo assédio econômico que muitas vezes causam “fraturas sociais”, assassinatos ou ameaças de morte nas comunidades para assim poderem se territorializar, se especializar e reconfigurar seus territórios, expropriando seus moradores e explorando seus recursos naturais.

A conjugação de inúmeros empreendimentos agropecuários na interface dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia fez surgir uma região conhecida como MATOPIBA, (acrônimo formado pelas duas primeiras letras desses estados) marcada pela degradação ambiental principalmente do cerrado e em menor parte da caatinga no Oeste baiano com graves consequências para o meio ambiente e comunidades locais. Essa região se localiza,



portanto, entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste é a mais nova fronteira do capital que atua no semiárido e para além dele. Ela compreende 337 municípios em 31 microrregiões geográficas, que somam cerca de 73 milhões de hectares. (EMBRAPA, 2021)



## Matopiba - nova fronteira do latifúndio entre as regiões Norte e Nordeste - Brasil

Figura 1. Região do MATOPIBA. FONTE: Google, 2021

O MATOPIBA é uma área dominada por latifúndios, destinados a pecuária extensiva e monoculturas intensivas de grãos, sobretudo de soja (53%), milho (16%), arroz (12%), algodão (8%) e feijão (4%) (IBGE, 2016b).

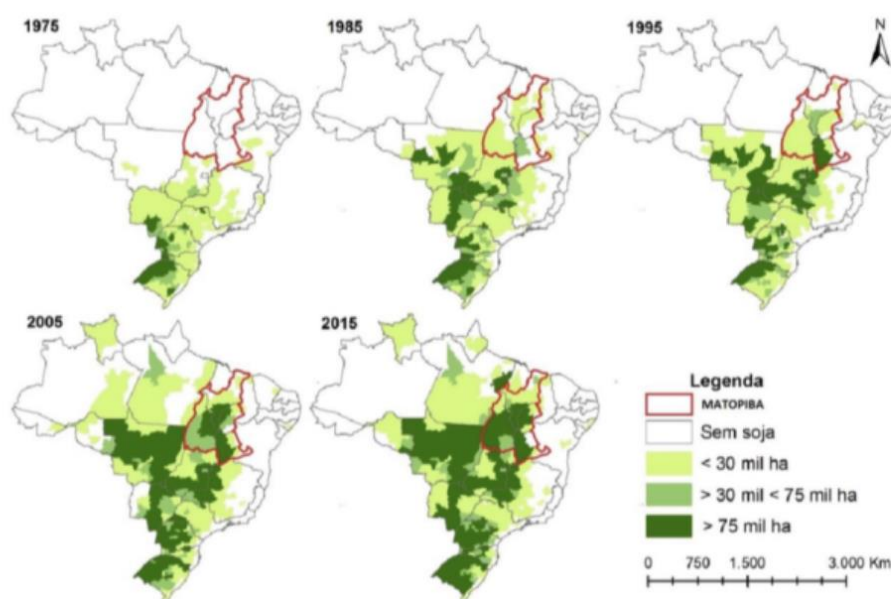
Essa fronteira agropecuária tem aumentado a degradação da natureza e concentração fundiária na região. Essa frente de empreendimentos começou na década de 1970 mas se intensificou na década de 1980 e 90. Esse modelo de produção não reflete as necessidades sociais e não respeita as limitações da natureza. São usados intensa mecanização agrícola, venenos e adubos químicos que poluem ou secam os mananciais dessa região e ameaçam de



desterritorialização os inúmeros povos tradicionais dessa região. Seus produtos são exportados para que seus proprietários e acionistas lucrem com esse modelo essencialmente devastador.

O modelo exploratório do MATOPIBA é alheio ao contexto socioeconômico local e em nada contribui para melhorar os indicadores sociais e econômicos dos estados onde atuam, muito pelo contrário, ampliam a concentração de renda e a desigualdade social.

## Avanço da monocultura de soja em Matopiba - 1975/2015



Área plantada com soja por microrregião (1975, 1985, 1995, 2005 e 2015) e destaque para a região do MATOPIBA  
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Elaboração: Niederle e Wesz Jr., 2018.

Figura 2. Avanço da área plantada desde 1975 até 2015. **Fonte:** Google 2021.

Além da estrutura fundiária concentrada que marca profundamente seus indicadores socioeconômicos, inúmeros outros investimentos privados têm provocados tensões sociais por todo o Nordeste.

### Mineração

A mineração é uma das atividades econômicas mais importantes para a economia de um país, mas é também uma das mais impactantes ao meio natural e principalmente às comunidades onde atuam. Empresas mineradoras avançam por toda a Bahia, principalmente



sobre áreas de comunidades tradicionais causando conflitos e desterritorialização de suas populações.

A mineração em qualquer lugar que esteja promove o desmatamento, a contaminação e extinção das fontes de água, a contaminação do ar, problemas de saúde nas pessoas por conta da poeira, sobretudo problemas respiratórios e casos de câncer, rachaduras em cisternas e casas, danificação de estradas, além da concentração das terras e a expulsão de comunidades camponesas para a periferia da cidade como aconteceu, recentemente, com a comunidade de Canavieiras em Jacobina. (CPT/CAFFP, p. 4).

As ameaças às comunidades de Fundo de Pasto obrigaram-nas a fortalecer a organização interna, por meio da criação de associações locais, e externa, pela criação da Central das Associações de Fundo e Fecho de Pasto (CAFFP) que representa diversos municípios onde existe essa forma de organização socioeconômica, como a região de Senhor do Bonfim e Oliveira dos Brejinhos. Depois, criou-se a Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto da Bahia (AEFFPB).

Organizadas em associações, em redes locais e/ou estaduais, as comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto desenvolveram novas e complexas formas de resistência e tensionamento em resposta aos desafios e ameaças criados pelo grande capital. A CAFFP, AEFFPB, entre outras, representariam, assim, uma nova “geometria de poder” (MASSEY, 2000, 2008 apud MONDARDO, 2014) ou territórios reticulares como propõe Haesbaert (2014), possibilitando que essas comunidades não só se articulem em diferentes escalas como também alterem as relações de poder (empoderamento) na defesa dos seus territórios, base fundamental da existência comunitária.



Figura 3. Mineração de urânio em Caetitê - Ba. **Fonte:** Google, 2021.





Além da mineração, as comunidades de fundos de pastos também enfrentam a grilagem de terras. Fundos de pastos são terras de uso comum utilizadas para plantio de subsistência e principalmente para pastagem dos animais sem cercas. Muitas comunidades de fundos de pastos ainda não conseguiram sua regularização fundiária e são, por isso mesmo, constantemente ameaçadas por essa fragilidade jurídica. São comunidades que possuem uma identidade coletiva com o território e seu modo de vida singular, respeitando a natureza e seus recursos naturais.

### **Parques Eólicos**

Os parques de energia eólica são grandes empreendimentos capitalistas que avançam sobre territórios camponeses ameaçando-os e, muitas vezes, desterritorializando-os.

Em muitos lugares as empresas estão provocando o desmatamento, entram nas terras sem a autorização dos posseiros/proprietários, até mesmo em áreas de Preservação Permanente; estão se aproveitando da situação dos trabalhadores para comprar as terras a preços muito baixos. A primeira medida tomada pelas empresas é o fechamento da área dos parques até mesmo por uma questão de segurança. [...] Muitos agricultores assinaram os contratos sem ter o devido conhecimento e nem mesmo ficaram com uma cópia. Em algumas comunidades começaram a surgir casos de grilagem da área de uso comum e conflitos internos na comunidade. (CPT/CAFFP, p. 3-4).

Diversas comunidades localizadas no Semiárido Brasileiro estão sendo assediadas ou ameaçadas por empreendimentos de energia eólica que em nada respondem aos reais interesses das comunidades impactadas. Ou seja, as comunidades impactadas não demandam essa matriz energética em seus territórios. São, portanto, empreendimentos exógenos que visam apenas auferir lucros e em hipótese alguma beneficiam as comunidades onde se instalam. Pelo contrário; desorganizam a vida comunitária a ameaçam seu território, espaço fundamental de (re)produção da vida.

Os parques eólicos causam inúmeros problemas ambientais e sociais às comunidades impactadas como a compactação do terreno para a construção das torres, uso de grande quantidade de água para as estruturas de fixação no solo, ruídos causados pelos rotores dos aero geradores, poluição visual e mudanças nas rotas migratórias dos pássaros. Além disso, as áreas precisam ficar livres de animais pastando, o que impacta o modo de vida dessas comunidades.



Figura 4. Conjunto Eólico Umburanas com 144 aero geradores, Umburanas e Sento Sé - Ba. **Fonte:** Google, 2021.

O Nordeste brasileiro é uma área estratégica cuja localização se dá na rota de deslocamento dos ventos alísios que convergem no Equador térmico do planeta. Assim, grande parte dos ventos que sopram nessa região são ventos constantes ou planetários que sopram permanentemente, o que garante seu aproveitamento energético.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebe-se que o avanço do capital privado, sobretudo nas áreas periféricas do globo, tem gerado diversos problemas socioterritoriais e ambientais ao desorganizar a vida coletiva e explorar seus recursos naturais num ritmo superior àquele da resiliência natural, comprometendo ou mesmo inviabilizando a continuidade da dinâmica social e sua relação metabólica com a natureza. Os diferentes empreendimentos mencionados causam tensões e desterritorializações, mas também ensejam formas de luta, resistência, organização social e enfrentamentos na defesa de seus territórios como condição fundamental existência. Os conflitos, dessa forma, possibilitam diversas formas de organização e dinâmica social que produzem, muitas vezes, reterritorializações desses sujeitos coletivos e novas relações sociais e ambientais ao perceberem quão ligados estão aos seus territórios e seus recursos, desenvolvendo assim novas territorialidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de produção dominante no mundo moderno ampliou o saque dos recursos naturais, sua conversão em riquezas e posterior acumulação nos centros decisórios do capital.





Depois de suprimir boa parte da cobertura vegetal do planeta, começando pelas nações desenvolvidas, as empresas dos países desenvolvidos migraram para as regiões periféricas do globo ampliando o grau de degradação ambiental, desnacionalização de parques industriais e desterritorialização de milhares de comunidades autóctones por toda a América Latina.

O avanço e territorialização do capital sobre territórios latino-americanos implica, necessariamente, em degradação ambiental, expropriação de territórios e tensões sociais no enfrentamento desse modelo predador. Essas tensões sociais criam novas formas de resistências, articulações e empoderamento das comunidades na defesa dos territórios e no direito a (re)produção da vida social. Defender seus territórios é defender seu direito de continuar (re)existindo.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marcos César Araujo. A reconfiguração das relações de poder na América Latina: recolonização e resistências em um contexto neoliberal. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (61). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-61.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

FERNANDES, B. M. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio. In: AYERBE, L. F. (Org.). **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina**. São Paulo: Memorial da América Latina, 2012.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. 2010

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 8ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

<https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 14/10/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: síntese de indicadores 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 23 ago. 2015.

MARX, K. **O Capital**. vol. 1; São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2013.



MONDARDO, M. L. A geometria de poder do conflito territorial entre fazendeiros e guaranis-kaiowás na fronteira do Brasil com o Paraguai. **ACTA GEOGRÁFICA**. Ed. Especial. Geografia política e geopolítica, 2014, p. 185-202. Boa Vista, RR. Disponível em: <actageo.ufr.br>. Acesso em 21 out. 2015.

PORTO- GONÇALVES, C. W. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: FERNANDES, B. M. (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Ambiente (meio ambiente). In: CALDART, et al. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo, SP. Expressão Popular, 2012.